

UNIDADE 1



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar quais os principais desastres que afetam o Brasil;
- Caracterizar o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil; e
- Discriminar as ações relacionadas à gestão de riscos e o gerenciamento de desastres.

Desastres no Brasil e Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil

Caro Estudante

Seja bem-vindo ao curso de Capacitação em *Gestão de Desastres e Ações de Recuperação*. Nesta primeira Unidade, vamos conhecer os típicos desastres que ocorrem no Brasil e como se caracteriza o Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil, que deve nortear os agentes para responder a desastres e preveni-los. Estaremos ao seu lado durante todo o curso ajudando no que for necessário, para isso, basta entrar em contato com o seu tutor, ele está pronto para auxiliá-lo.

Então, vamos ao trabalho!

Desastres no Brasil

Eventos adversos, sobretudo de origem climática, como inundações, enchentes, ciclones tropicais, secas, incêndios florestais e ondas de calor, afetam, atualmente, populações em todo o mundo e também no Brasil. Segundo dados da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, das Organizações das Nações Unidas (EIRD/ONU), todos os anos mais de 200 milhões de pessoas são afetadas por desastres de diferentes origens.

No Brasil, como em outros países da América Latina, as ocorrências de desastres, em especial os de origem natural, coincidem com a **deterioração** das condições de vida nas cidades, onde, em menos de um século, houve um crescimento significativo de sua população e inversão no tipo de ocupação do território, passando de uma maioria vivendo no meio rural para uma maioria vivendo no meio urbano. Soma-se a isso uma história mais do que centenária de degradação das condições de vida do povo brasileiro cujo resultado tem sido o surgimento contínuo de desastres que causam sofrimento à população.

Saiba mais sobre a Estratégia Internacional de Redução de Desastres em: <www.eird.org>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Deterioração: tornar(-se) pior; agravar(-se), decair, degenerar(-se). Fonte: Houaiss (2010).

De acordo com *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos* (IBGE, 2010), mais de 80% da população brasileira já vive em cidades. No entanto, a urbanização cresceu de forma desigual, abrangendo poucas cidades que concentram população e riqueza, multiplicando pequenos centros urbanos que abrigam uma força de trabalho pouco qualificada e fortemente vinculada às atividades primárias. As aglomerações urbanas e as 49 cidades com mais de 350 mil habitantes abrigam 50% das pessoas em situação urbana no País e detêm, aproximadamente, 65% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No outro extremo, estão 4.295 municípios com menos de 25 mil habitantes, que respondem por 12,9% do PIB. Na evolução da rede urbana brasileira, podemos observar a predominância de 12 centros que reforçam sua atuação e se mantêm como as principais cabeças de rede do sistema urbano brasileiro entre 1966 e 2007. No topo, além de São Paulo, figuram Rio de Janeiro e Brasília. O quadro é completado com Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.

O *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais* pode ser consultado em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/projetos/encerrados/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais>> e <<http://www.integracao.gov.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Segundo o *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010*, os desastres que mais afetam o território brasileiro, por região, como podemos observar na Figura 1, são:

- seca e estiagem;
- inundação brusca;
- inundação gradual;
- vendaval e/ou ciclone;
- granizo e outros.

Na Região Norte, a maior frequência de desastres concentra-se no Estado do Pará, mais especificamente na porção Centro-Norte. No Nordeste, a mancha de recorrência engloba a maior parte dos Estados da região, com exceção do Maranhão e do Oeste baiano. A Região Centro-Oeste é a que apresenta áreas com menos frequência, os desastres se concentram apenas no Noroeste do Estado do Mato Grosso. No Sudeste do país, o Norte mineiro, o Norte do Rio de Janeiro, e, praticamente, todo o Estado do Espírito Santo apresentam-se como áreas de maior frequência de desastres. No Sul brasileiro, as

maiores frequências abrangem o Sudoeste do Rio Grande do Sul e, praticamente, toda a extensão territorial do Estado de Santa Catarina.

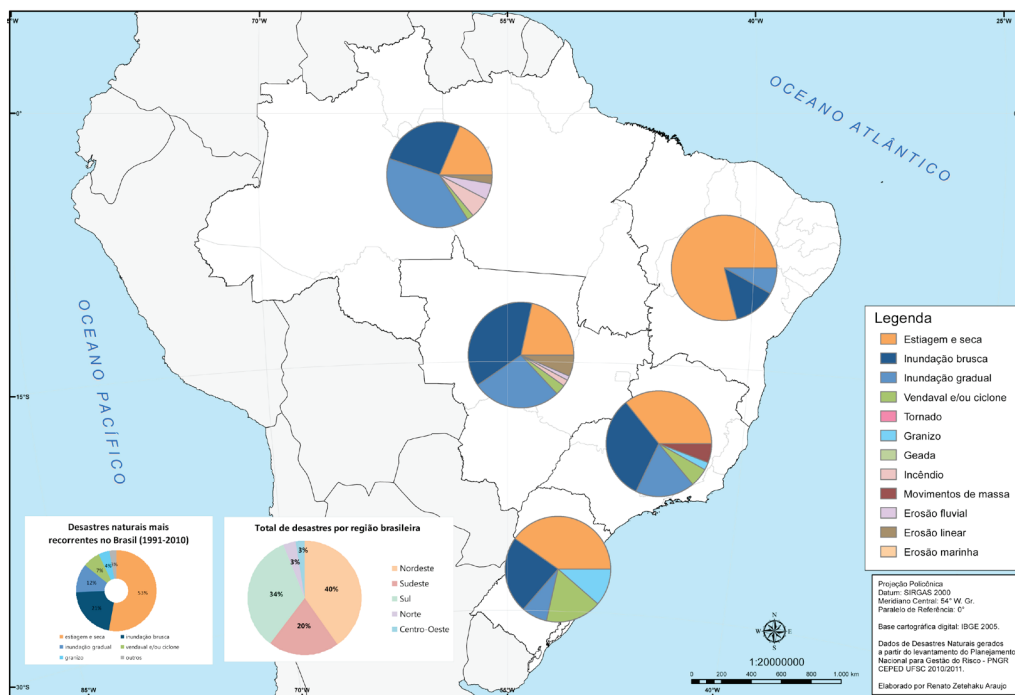


Figura 1: Mapa de distribuição dos desastres naturais por região no Brasil
 Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010 (2012, p. 86)

A ocorrência desses desastres nos obriga a reconhecer, por um lado, que, nos países organizados para enfrentar esses eventos, ocorre uma redução dos efeitos desastrosos para a população, **principalmente no que diz respeito à perda de vidas.**

Por outro lado, fica evidente a necessidade de o Brasil continuar investindo, entre outros aspectos, em:

- Mecanismos de autoproteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos para desenvolvimento de programas em prevenção, mitigação e preparação a desastres.
- Ações com foco na redução de vulnerabilidade ao desastre: mobilidade urbana, habitação, trabalho, acesso a equipamentos sociais e a serviços, etc.
- Desenvolvimento contínuo de ações comunitárias e locais de redução de riscos de desastres.
- Operacionalização das ações de resposta a desastres: socorro e assistência; reabilitação de cenários e recuperação pós-desastre.

Dados de 2011 podem ser obtidos no *Anuário Brasileiro de Desastres Naturais de 2011*, disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/publicacoes>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Durante períodos da história brasileira o foco foi o desastre. Esse fato foi alterado na década de 1990 quando se passou a investir no risco do desastre; entretanto, o novo milênio trouxe de volta a prevalência em ações focadas no desastre e no pós-desastre.

Tornou-se imperativo, entretanto, que tal paradigma fosse substituído pela ideia da **concepção social do desastre**, na qual os desastres são produtos de uma combinação particular entre as ameaças e as vulnerabilidades da sociedade. Assim são as condições sociais de existência de uma população que determinam fortemente o nível de destruição ou de interrupção de serviços essenciais numa sociedade após a ocorrência de **um evento adverso**.

Nessa perspectiva, os desastres são produtos de processos de transformação e de crescimento da sociedade, que não garantem uma adequada relação com o ambiente natural e o construído que lhe dá sustento. Essa forma de entender “os desastres” fortalece a ideia da gestão integral de riscos, que se desenvolve num **contínuo** intimamente ligado a uma visão de desenvolvimento sustentável da sociedade e que não pensa em etapas distintas, senão em uma sequência complexa de etapas integradas horizontalmente. De onde se aceita que aquilo que é feito em um momento do processo pode representar severas repercussões, positivas ou negativas, no momento seguinte.

Como se organizam as ações de Proteção e Defesa Civil? De que maneira integrar as ações de prevenção, de mitigação, de preparação, de resposta e de recuperação a desastres? Para obter as respostas, vamos conversar sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, o qual inclui a gestão de riscos de desastres e o gerenciamento de desastres.

O módulo I, *Capacitação Básica em Defesa Civil*, apresenta discussão sobre a concepção social de desastres, consulte em: <<http://goo.gl/Cwu44l>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Contínuo: que tem continuidade ou coerência.
Fonte: Houaiss (2009).

Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil

As ações de Proteção e Defesa Civil compreendem ações antecipatórias aos desastres, que devem ser executadas regularmente, como:

- prevenção;
- mitigação; e
- preparação.

Essas ações compreendem um ciclo de gestão de risco de desastres, além daquelas ações que são realizadas durante e após os desastres denominadas ações de **resposta e de recuperação**, respectivamente, compreendendo, ambas, um ciclo de gestão dos desastres.

A gestão do risco e o gerenciamento dos desastres integram o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil. Na Figura 2, podemos visualizar o ciclo completo de ações de Proteção e Defesa Civil.

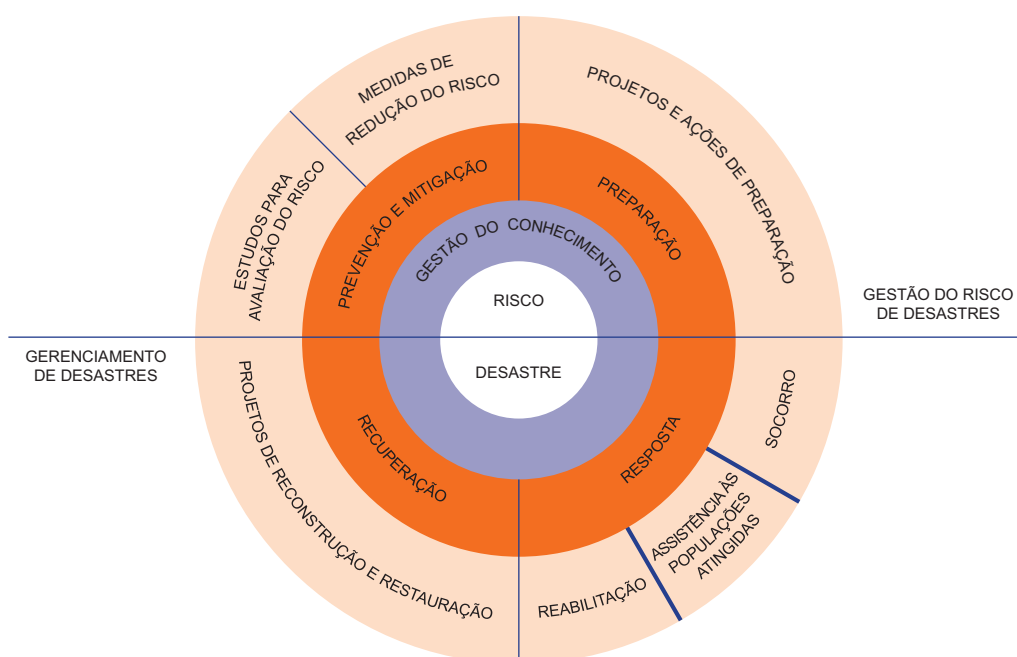


Figura 2: Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil

Fonte: adaptado de Ferreira (2012, p. 52)

Para a efetividade do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), independentemente do nível federativo, priorizam a redução do risco de desastres (prevenção, mitigação e preparação para os desastres), pois são essas ações as mais efetivas para:

- evitar que o desastre ocorra;
- minimizar os impactos humanos, ambientais e materiais em decorrência de eventos adversos; e
- contribuir para o aumento da resiliência local para a ocorrência de desastres.

Os processos relacionados à gestão de riscos de desastres não são separados em etapas distintas e **estranques**, mas estão tecidos e articulados em todo o processo de gestão em Proteção e Defesa Civil.

Assim sendo, a gestão de riscos se refere a processos que devem ser desenvolvidos em todas as etapas, da prevenção à recuperação. Isso quer dizer que, ao tratar sobre a recuperação dos danos causados pelo desastre, ainda assim devemos pensar preventivamente, com foco na redução de riscos, por meio da gestão integrada de riscos, evitando desastres futuros.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional, possui em sua estrutura órgãos que atuam em todas as ações de gestão de risco e do gerenciamento de desastres, que serão apresentadas no decorrer desta unidade.

Gestão de Riscos de Desastres (GRD)

A Gestão de Riscos de Desastres (GRD) consiste em um processo social cujo objetivo é prever a redução e o controle permanente dos fatores de risco de desastre na sociedade, integrado ao desenvolvimento humano, econômico ambiental e territorial sustentável. (LAVELL; NARVÁEZ; ORTEGA, 2009)

De um ponto de vista global e integrado, a gestão de riscos deve ser aplicada em todo o ciclo de atuação em Proteção e Defesa Civil. Trata-se de um processo que requer planejamento, organização, direção e controle dirigido à efetiva redução de risco, com uma sólida base institucional, integrando todas as etapas nas atividades de desenvolvimento sustentável do território. Nesta etapa, são frequentemente realizadas as seguintes ações:

- identificar os riscos;
- avaliar e gerar conhecimento;
- prevenir e mitigar o risco futuro;
- criar uma cultura de prevenção; e

Estaque: que não corre; estagnado. Fonte: Houaiss (2009).

- preparar e melhorar o sistema de resposta das organizações e da sociedade.

Um componente importante do processo de gestão de riscos é a identificação e a instrumentação de soluções concretas para cenários de riscos diversos. Os cenários de risco de uma comunidade ou município podem ser representados por um mapa de risco, que é uma representação gráfica e escrita das condições de risco determinadas pelas ameaças e vulnerabilidades existentes no lugar. Para desenvolver um adequado processo de gestão de riscos é necessário contar com capacidades locais para gerir os riscos e resgatar as experiências passadas.

Nas ações de prevenção, mitigação e preparação temos na SEDEC o Departamento de Minimização de Desastres (DMD), que desenvolve e implementa programas e projetos voltados à prevenção de desastres e de preparação para emergências. Também é responsável por organizar, promover e realizar capacitações, reuniões, conferências, campanhas e fóruns sobre o tema, além de difundir a doutrina de Proteção e Defesa Civil no país.

Gerenciamento de Desastre (GD)

Compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação. Essa gestão desenvolve ações que priorizam a capacidade de resposta individual e coletiva, diminuindo, assim, as possibilidades de perdas e danos ocasionadas pelo impacto dos eventos adversos.

A implementação das seguintes atividades podem favorecer a execução das ações de resposta e recuperação:

- Fortalecimento da capacidade normativa, técnica e institucional na gestão nacional, regional e local das situações de emergência e/ou desastres.
- Intercambio de informação e a coordenação em todos os níveis.
- Fortalecimento de preparação com enfoques regionais coordenados.
- Formulação de normas e planos.
- Promoção e estabelecimento de fundos de emergência e/ou desastre para apoiar as medidas de reabilitação e de recuperação.

Veja a cartilha *Gestão de Riscos de Desastres*, CEPED UFSC (2012). Disponível em: <http://www.cepud.ufsc.br/sites/default/files/projetos/gestao_de_riscos_de_desastres_0.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Leia *La gestión local del riesgo: nociones y precisiones em torno al concepto y la práctica*. Programa Regional para la Gestión del Riesgo en América Central. Guatemala (2003). Disponível em: <http://www.desenredando.org/public/libros/2006/ges_loc_riesg/gestion_riesgo_espanol.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Lembre-se de que a necessidade do fortalecimento da preparação para as ações de resposta é de fundamental importância para que possamos resolver eficazmente o problema quando o risco é materializado e não foi possível impedir o impacto de alguma ameaça.

Neste curso, você aprenderá sobre as ações de Resposta e Recuperação, que estão dentro dos procedimentos para o gerenciamento de desastres. É importante saber que:

Resposta é o conjunto de medidas que visam à provisão de serviços de socorro, assistência e reabilitação dos cenários, incluindo o restabelecimento dos serviços essenciais, durante ou após um desastre.

Recuperação é o conjunto de medidas que visam a reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, tendo como foco evitar a instalação de novas situações de risco.

De acordo com o *Manual de Gerenciamento de Desastres*, a gestão de emergências inclui planos e arranjos institucionais para comprometer e guiar os esforços dos governos, das organizações não governamentais, das entidades voluntárias e dos órgãos privados de forma coordenada e integral para responder a todas as necessidades relacionadas a uma emergência.

Cada etapa no Gerenciamento de Desastre (GD) conta com ações específicas e com metodologias de trabalho previamente definidas, existindo uma estreita relação entre elas. Cada uma dessas ações é diferenciada do ponto de vista da administração, incluindo a execução de medidas estruturais e não estruturais no processo de gestão.

As ações de Gerenciamento de Desastre (GD), quando são mal coordenadas, podem provocar situações de crises, expondo a população afetada a novos riscos e aumentando ainda mais sua vulnerabilidade.

A coordenação das ações de resposta da SEDEC são de responsabilidade do *Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)*, que de acordo com a Portaria n. 117, de 7 de março de 2012, baseada no Decreto n. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, tem as seguintes competências, dentre outras:

- consolidar as informações de riscos e desastres;
- difundir alerta e alarme de desastres e prestar orientações preventivas à população;

O *Manual de Gerenciamento de Desastres e o Sistema de Comando em Operações (SCO)* estão disponíveis em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/projetos/encerrados/sistema-de-comando-em-operacoes-sco>. Acesso em: 8 mar. 2014.

Saiba mais sobre este Centro em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao;jsessionid=DAEDD38B1C55A585A17ED6B196BCD4B8.lrl>. Acesso em: 7 mar. 2014.

- coordenar, em âmbito nacional, o desenvolvimento das ações de resposta aos desastres e as atividades de assistência humanitária; e
- mobilizar recursos para pronta resposta às ocorrências de desastres.

Cabe ao CENAD gerenciar as informações de risco, de modo a apoiar Estados e Municípios nas suas ações de preparação para desastres junto às comunidades mais vulneráveis.



Figura 3: Sala de Monitoramento de Riscos e Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

Fonte: CEPED UFSC

A dinâmica de funcionamento do CENAD consiste no recebimento de informações de diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela **predição** de tempo e temperatura; avaliação de condições geológicas de áreas de risco; monitoramento dos movimentos das placas tectônicas; acompanhamento das bacias hidrográficas; controle de queimadas e incêndios florestais; e pelo transporte e armazenamento de produtos perigosos.

As informações são avaliadas e processadas por especialistas do CENAD e encaminhadas aos órgãos de Proteção e Defesa Civil dos Estados e Municípios com risco de ocorrência de desastres, sendo que o alerta acontece de acordo com a intensidade do evento adverso.

De acordo com o Protocolo CENAD/**CEMADEN** (2012), os níveis de alerta são:

- Nível de Observação;
- Nível Moderado;
- Nível Alto;
- Nível Muito Alto.

Predição: ato ou efeito de predizer, de afirmar o que vai acontecer no futuro; profecia, previsão. Fonte: Ferreira (2010).

CEMADEN: Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Como o CENAD é o responsável pelas ações de planejamento e de mobilizações para atuação em situação de riscos e desastres, sua participação é fundamental para as discussões em Comitês e Comissões que tratem de assuntos relacionados à Proteção e Defesa Civil como, por exemplo, as representações no Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Além disso, o CENAD coordena o Grupo de Apoio a Desastres (GADE), uma equipe técnica multidisciplinar, composta por especialistas em gerenciamento de crises, com amplo conhecimento e experiência em Proteção e Defesa Civil, mobilizável a qualquer tempo para desenvolver ações de preparação e de resposta a desastres, em território nacional ou internacional, assim que demandado. Sua missão é coordenar as ações propostas pelo Governo Federal, evitando a sobreposição de ações e o desperdício de recursos humanos e materiais, oferecendo atendimento mais adequado à população afetada.

O CENAD atua em parceria com diversos órgãos. Entre eles, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); o Serviço Geológico do Brasil (CPRM); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Agência Nacional de Águas (ANA); a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE); o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Cabe destacar que além do DMD e do CENAD, a SEDEC possui outros dois Departamentos que atuam durante o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil que são:

- O Departamento de Articulação e Gestão (DAG), que é responsável por analisar e instruir os processos, bem como formalizar convênios, contratos, termos de cooperação técnica e instrumentos similares no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e
- O Departamento de Reabilitação e Reconstrução (DRR), que é responsável por realizar a análise técnica das propostas e prestação de contas de convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres, relacionadas com as atividades de respostas aos desastres e de reconstrução, bem como supervisionar as vistorias técnicas dos objetos conveniados.

Para finalizar essa unidade é fundamental que o gerenciamento dos desastres não seja compreendido somente como a mobilização de recursos financeiros, de logística e de recursos humanos. Os desastres

podem resultar em problemas complexos, que exigem respostas específicas, não inseridas no cotidiano da comunidade.

Nas próximas Unidades deste curso, você aprenderá sobre as etapas de preparação, socorro e assistência, reabilitação e recuperação de cenários. Essas etapas fazem parte do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil como você pôde observar nesta Unidade. Além disso, serão tratados os temas de comunicação de desastre e solicitação de recursos, pois são importantes ações do agente de Proteção e Defesa Civil no momento de responder a um desastre de forma efetiva.

Observe a Figura 4 que representa os processos-chave e atente-se para localizar onde estarão situados os temas que você estudará nas próximas unidades.

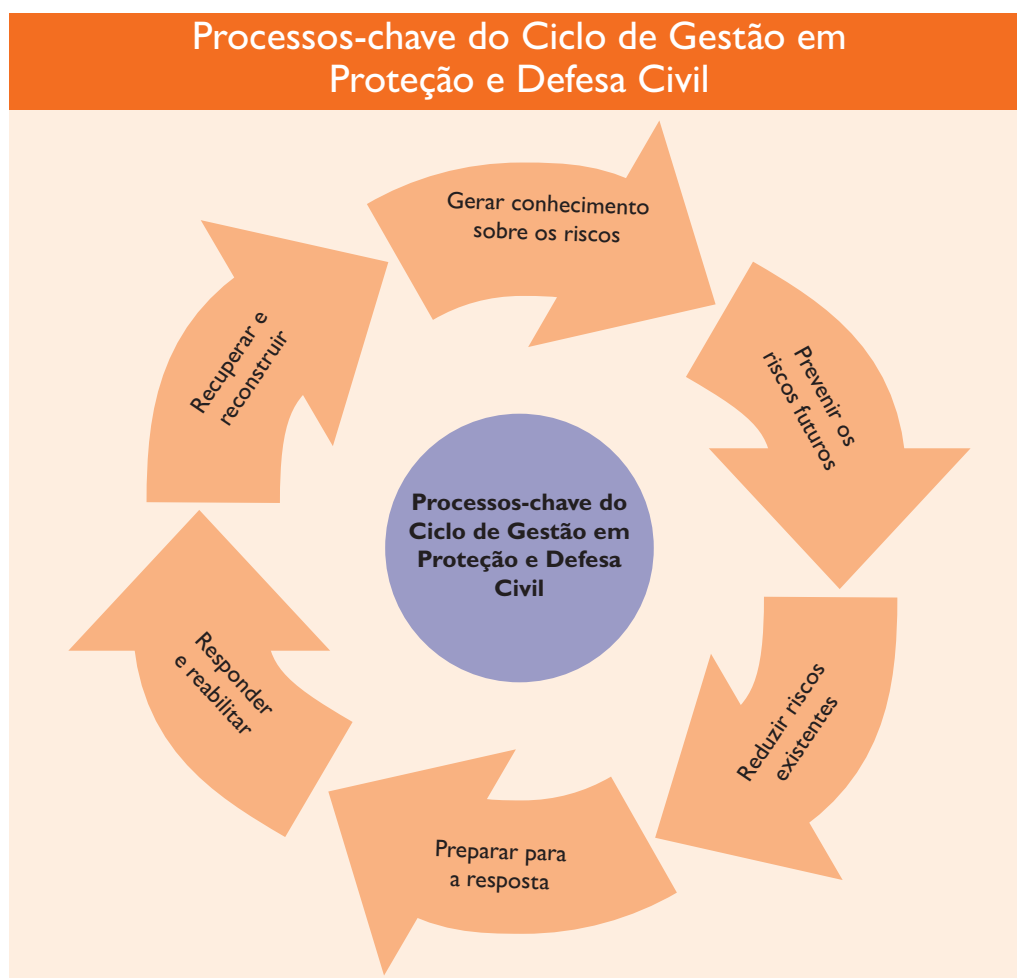


Figura 4: Processos-chave do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil
Fonte: Dutra e Galan (2013b)

Lembre-se de que, ao tratarmos nas próximas Unidades acerca das ações específicas do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil,

as etapas apresentadas não são estanques, ou seja, não podem ser vistas isoladamente. Isso significa que elas não possuem início e fim, pois se interconectam, se completam e, muitas vezes, ocorrem em simultaneidade, considerando a complexidade e os diversos aspectos que compõem a gestão de riscos e de desastres.

Resumo...

Nesta Unidade, você conheceu sobre os principais desastres que afetam o Brasil e em quais regiões eles ocorrem. Além disso, você foi informado sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, o qual inclui ações de gestão de riscos e ações de gerenciamento de desastres.

Muito bem, concluímos esta Unidade. Lembre-se de que você tem total apoio do seu tutor, então, se precisar de auxílio, não hesite em entrar em contato, pois ele está ansioso em ajudá-lo!

Complementando...

Para ajudá-lo no entendimento do conteúdo tratado nesta Unidade, leia o texto a seguir. Ele apresenta os principais conceitos que devem nortear a atuação dos técnicos e dos gestores em Proteção e Defesa Civil em seu ciclo de gestão. Outros conceitos ainda serão apresentados no decorrer das Unidades.

Abrigo Provisório	É uma unidade de serviço de proteção social especial de alta complexidade, pública ou privada, que atende pessoas ou famílias desabrigadas.
Ações de Socorro	Ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)

Ações de Assistência às Vítimas	Ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde e o manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Ações de Restabelecimento de Serviços Essenciais	Ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, suprimento e distribuição de energia elétrica e de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Ações de Reconstrução	Ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água e contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Alarme	Sinal, dispositivo ou sistema que tem por finalidade avisar sobre um perigo ou risco iminente. (BRASIL, 1998)
Alerta	Dispositivo de vigilância. Situação em que o perigo ou risco é previsível a curto prazo. (BRASIL, 1998)
Ameaça	Estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação. (BRASIL, 2011)
Dano	Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso. Perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco. Ou ainda, a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre. (BRASIL, 2011)

Defesa Civil	Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população, e restabelecer a normalidade social. (BRASIL, 2010)
Desabrigado	Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema. (BRASIL, 1998)
Desalojado	Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema.(BRASIL, 1998)
Desastre	Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. (BRASIL, 2012)
Desaparecido	Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstância de desastre.(BRASIL, 1998)
Estado de Calamidade Pública	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta. (BRASIL, 2012)
Gerenciamento de Desastre	Compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação.
Mitigação	Medidas destinadas a diminuir ou limitar a configuração de situação de risco.
Plano de Ação (ou Operacional)	Conjunto de procedimentos que orientam a intervenção e o gerenciamento em um cenário de desastres. (OLIVEIRA, 2009)
Plano de Contingência	Planejamento realizado para controlar e minimizar os efeitos previsíveis de um desastre específico. (BRASIL, 1998)
Prejuízo	Medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial, de um determinado bem, em circunstâncias de desastre. (BRASIL, 2012)

Preparação	Conjunto de ações desenvolvidas pela comunidade e pelas instituições governamentais e não-governamentais, para minimizar os efeitos dos desastres, através da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos para garantir a minimização de riscos de desastres e a otimização das ações de resposta aos desastres e de reconstrução. (BRASIL, 1998)
Prevenção	Refere-se às ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Recuperação	Conjunto de medidas que visam à reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, e que tem como foco evitar a instalação de novas situações de risco.
Recursos	Conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade. (BRASIL, 2012)
Resiliência	Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade, potencialmente exposta a ameaça, para adaptar-se, resistindo ou modificando com o fim de alcançar ou manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura. (EIRD, 2004)
Resposta	Conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade (BRASIL, 1998)
Risco	Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. É a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidentes determinados se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos. (BRASIL, 2011)

Serviço Voluntário	Atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998)
Simulados	Exercício de desastre que implica a simulação, a mais realista possível, de um desastre provável, durante o qual são testadas as normas, os procedimentos, o grau de adestramento das equipes, o planejamento e outros dados que permitam o aperfeiçoamento do processo.(BRASIL, 1998)
Situação de Emergência	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta. (BRASIL, 2012)
Vulnerabilidade	Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. Ou ainda, a relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. (BRASIL, 2011)

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e participe do Fórum. Sua participação é muito importante.

Tema do Fórum:

Descreva sobre os desastres que ocorrem na sua região e cite pelo menos duas ações de preparação adotadas pelo seu Órgão de Proteção e Defesa Civil